

## PESQUISA-INTERVENÇÃO PARTICIPATIVA NA PRODUÇÃO DE ANÁLISES SOBRE O FRACASSO ESCOLAR EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO INTERIOR DO TOCANTINS

*PARTICIPATORY INTERVENTION RESEARCH IN THE PRODUCTION OF ANALYSIS ON SCHOOL FAILURE IN A PUBLIC SCHOOL IN THE INTERIOR OF TOCANTINS*

DOI: 10.16891/2317-434X.v13.e5.a2025.id2162

Recebido em: 31.07.2024 | Aceito em: 16.02.2025

**Ladislau Nascimento<sup>a\*</sup>**

**Universidade Federal do Tocantins – UFT, Miracema do Tocantins– TO, Brasil<sup>P</sup>**

**\*E-mail: ladislaunascimento@mail.uft.edu.br**

### RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo produzir análises sobre o fracasso escolar em uma perspectiva interventiva, inventiva e participativa. Elegemos como participantes membros do corpo docente e uma turma de estudantes de uma escola pública situada em uma cidade do interior do estado do Tocantins. Utilizamos como estratégia metodológica a Pesquisa-Intervenção em articulação com ferramentas da Análise Institucional, com apoio em pistas teóricas provenientes da filosofia da diferença e de formulações feitas por Michel Foucault. Ao longo do percurso de pesquisa, fizemos levantamentos bibliográficos e promovemos intervenções em articulação com atividades de ensino e de extensão. Na intervenção com o corpo docente, questionamos a lógica medicalizante e a culpabilização presentes em discursos científicos e midiáticos, que distorcem a realidade ao ignorar a complexidade e a multiplicidade de fatores envolvidos na produção do fracasso escolar. A abordagem foi pautada pelo respeito e pelo cuidado necessários para não incorrerem no erro de culpabilizar professores pelos problemas que desafiam a comunidade escolar. Nos encontros com os estudantes, promovemos a participação por meio de atividades interativas e criativas. Na ocasião, constatamos mobilizações afetivas com potencial para impulsionar o desenvolvimento dos participantes. Todavia, registramos a circulação de afetos paralisantes que denunciam angústia, medo, opressão e violência no contexto escolar. Futuras pesquisas interventivas serão realizadas para intensificarmos processos de produção de conhecimento em articulação com o desenvolvimento de ações participativas, criativas e inventivas em Psicologia Escolar e Educacional.

**Palavras-chave:** Pesquisa-Intervenção; Subjetividade; Psicologia Escolar e Educacional.

### ABSTRACT

This study aimed to analyze school failure from an interventional, inventive, and participatory perspective. The participants included faculty members and a class of students from a public school located in a small town in the state of Tocantins, Brazil. The methodological approach was based on Intervention Research, combined with tools from Institutional Analysis and supported by theoretical insights from the philosophy of difference and the work of Michel Foucault. Throughout the research process, bibliographic reviews were conducted, and interventions were carried out in connection with teaching and extension activities. In the intervention with faculty members, we questioned the medicalizing logic and the tendency to blame individuals, which are reinforced by scientific and media discourses that distort reality by neglecting the complexity and multiplicity of factors contributing to school failure. Our approach was guided by respect and care to avoid the mistake of holding teachers accountable for the challenges faced by the school community. During the sessions with students, we encouraged participation through interactive and creative activities. This process revealed affective mobilizations with the potential to foster participants' development. However, we also observed the circulation of paralyzing emotions, indicating distress, fear, oppression, and violence within the school context. Future intervention studies will be conducted to further develop knowledge production processes while fostering participatory, creative, and inventive actions in School and Educational Psychology.

**Keywords:** Intervention Research; Subjectivity; School and Educational Psychology.



## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi delineada a partir do contato do autor com a realidade cotidiana de escolas da rede pública de ensino de uma cidade do interior do Tocantins, onde professores, gestores educacionais e alunos do ensino fundamental e do ensino médio compartilham queixas sobre violência, dificuldades de aprendizagem, evasão escolar, dentre outros problemas que se associam ao chamado fracasso escolar (PATTO, 2007; SOUZA *et al.*, 2024).

Desde a década de 1980, a partir dos trabalhos de Maria Helena Souza Patto, o fracasso escolar tem sido relacionado a fatores sociais, políticos, econômicos e institucionais. Ao longo das últimas décadas, este termo foi associado com problemas de comportamento (OSTI; BRENELLI, 2013), evasão escolar (RAMOS; GONÇALVES, 2024), distorção idade-série (CHIAPINOTO; LUNARDI, 2024), repetência (SILVA, 2022), entre outros. Estudos mais recentes consideram as intersecções deste fenômeno com racismo, machismo estrutural, desigualdade de gênero e violência (NASCIMENTO, 2019; RATUSNIAK, 2024; SILVA, 2024).

No contexto em que a pesquisa foi realizada, esses elementos estruturantes tornam a realidade mais complexa e demandante de ações voltadas para a transposição de barreiras impostas ao desenvolvimento e à trajetória escolar de milhares de pessoas. Com uma população de aproximadamente 1,5 milhão de habitantes, o estado registrou uma taxa de analfabetismo de 7,2% e uma considerável desigualdade na distribuição de renda, refletida em um índice de Gini de 0,51 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE], 2021). Dentro desse cenário, os grupos com maior vulnerabilidade social e econômica sofrem mais com a ausência de políticas públicas cruciais para o enfrentamento da pobreza (MELO *et al.*, 2019) e de todas as suas mazelas.

No que se refere aos fatores institucionais relacionados ao fracasso escolar, destacamos a ênfase em práticas de controle e de disciplinamento (NASCIMENTO, 2017) em detrimento de metodologias formativas que valorizem liberdade, criatividade e autonomia. Neste mesmo contexto, professores são submetidos a uma estrutura hierarquizada, com o poder

geralmente centralizado na figura do diretor escolar que, por sua vez, responde ao comando e às imposições de instâncias superiores da gestão do sistema educacional. Muitas vezes impelidos à reprodução de conteúdos pasteurizados, prontos, elaborados em desarticulação com os processos históricos, sociais e culturais em que as aulas são realizadas (MEIRA, 2003), dificilmente encontram espaços para o diálogo e para a construção democrática de estratégias de ensino (SOUZA, 2007). Faltam políticas educacionais, recursos e projetos consistentes para a formação continuada; em geral, esse tipo de formação é reduzido à oferta de cursos rápidos e superficiais que não permitem o exercício da reflexão e a produção de análises críticas sobre as complexas questões sociais que atravessam suas práticas educativas (BITENCOURT; VENTORIM; OLIVEIRA, 2024).

A escola, como uma instituição de saber e poder (FOUCAULT, 1987), configura-se como um dispositivo que visa conformar corpos e mentes aos padrões sociais impostos ao seu respectivo público. Curiosamente, nesse período histórico em que tanto se fala sobre a ampliação do acesso à informação por meio das mídias digitais, assim como se valoriza a falácia neoliberal acerca do suposto *self-made man*, empresário de si, capaz de se constituir e de se afirmar profissionalmente com autonomia (LAVOURA; GOMES, 2024), as escolas públicas, sobretudo aquelas instaladas em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, insistem nesse modelo em que a obediência e a passividade são assumidas como valores e alvos a serem alcançados. E é nesse contexto que a ausência de autonomia, criatividade e engajamento do alunado incita a produção e a propagação de estigmas contra um montante de alunos pobres taxados de preguiçosos, irresponsáveis e improdutivos (DANTAS; TUNES, 2022).

Além disso, a ausência de engajamento dos alunos nas atividades escolares suscita a disseminação de discursos e práticas patologizantes e medicalizantes. Deste modo, a escola deixa de ser considerada como uma instituição inserida em uma sociedade estruturada em meio a inúmeros conflitos e à luta de classes, onde a ausência de políticas públicas para garantir qualidade ao ensino e condições necessárias ao trabalho docente produz sequelas expressivas nas trajetórias escolares de milhares de brasileiros (VIÉGAS; FREIRE; BOMFIM, 2018).

A patologização atrelada às queixas escolares

sobre atitudes e comportamentos, muitas vezes fomentados pela própria instituição, ganha tónus em decorrência do caráter fragmentário e alienante do modelo escolar hegemônico (SILVA; GOMES, 2023). Esta fragmentação ultrapassa as práticas pedagógicas e reflete na desarticulação da escola com outros setores como saúde, assistência e justiça que, além de serem essenciais para o desenvolvimento e a proteção social das populações empobrecidas, indicam a complexidade e multiplicidade de fatores associados com problemas de escolarização, incluindo o baixo rendimento escolar, os chamados atos de indisciplina, a evasão, entre outros (SOUZA, 2007).

Vale ponderar que a Lei 13.935/19 (BRASIL, 2019), ao dispor sobre a atuação de psicólogos e assistentes sociais em equipes multiprofissionais, também composta de orientadores educacionais, tem potencial para induzir a promoção de práticas inclusivas, questionadoras e voltadas para o enfrentamento da lógica médico-patologizante presente de modo capilarizado nos contextos escolares, com potencial para proporcionar aos estudantes dos sistemas públicos de ensino os recursos necessários para o seu desenvolvimento integral. Contudo, a sua efetivação depende da superação de muitos desafios, tais como: quantidade insuficiente de recursos para a contratação de profissionais psicólogos e assistentes sociais, fragilidades nos vínculos de trabalho, excesso de demandas, falta de compreensão de outros profissionais e membros da comunidade escolar acerca da real função de psicólogas e psicólogos escolares, tendo em conta a Lei supracitada, bem como as referências técnicas para a atuação de psicólogos na educação básica (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019).

Na condição de professor do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins, responsável por disciplinas da área de Psicologia Escolar e Educacional, o autor trabalha em parceria com as escolas públicas situadas nas imediações do campus universitário. As entradas nos espaços escolares ocorrem através de atividades de ensino, pesquisa e de extensão.

No eixo do ensino, realizamos ações por meio de práticas de estágio supervisionado em Psicologia Escolar. Em geral, discentes do último ano do Curso de Psicologia oferecem plantões psicológicos em um dispositivo de acolhimento mediante os recorrentes casos de sofrimento psíquico, sobretudo entre estudantes adolescentes (SOUZA *et al.*, 2024). No que tange à extensão

universitária, promovemos oficinas de orientação profissional para adolescentes do ensino médio (NASCIMENTO; MACHADO, 2019; PARREÃO; NASCIMENTO, 2020). No desenvolvimento destas atividades, recorremos às ferramentas da Pesquisa-Intervenção (PI) (CHASSOT, SILVA, 2018) com o intuito de mobilizar membros da comunidade escolar para a produção de reflexões e de análises coletivas sobre o fracasso escolar por meio de atividades interventivas pautadas no uso da criatividade e da imaginação. Em geral, trabalhamos com oficinas envolvendo construção de histórias coletivas, interpretação de músicas e produções autobiográficas.

As ações empreendidas incitam estudantes, professores e gestores à expressão singular de modos de dizer, ouvir, aprender, narrar e fazer no contexto escolar. Propomos atividades voltadas para a coletivização de afetos, saberes, experiências e análises sobre o cotidiano escolar. A aposta na montagem de dispositivos de pesquisa capazes de produzir subjetividades deriva de nossas inquietações diante desse modelo escolar disciplinador, dedicado a conformar os sujeitos através da hierarquização das relações e do assujeitamento (EIZIRIK; COMERLATO, 2004).

Na perspectiva que orienta nosso trabalho, entendemos a subjetividade como efeito de processos coletivos, sociais, institucionais e históricos atrelados a múltiplos valores, ideias, concepções, afetos e sentidos constituintes de modos de existência (DELEUZE; GUATTARI, 1996). Não se trata de uma concepção de subjetividade entendida como substantivo, como essência inerente a um indivíduo. Ou seja, orientados pelas pistas teóricas do pensamento bergsoniano (BERGSON, 1979) e da filosofia da diferença (DELEUZE, 2000), entendemos que a subjetividade “[...] não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo”. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 31).

## METODOLOGIA

Nossas análises apoiaram-se no referencial teórico-metodológico da pesquisa-intervenção, derivado da Análise Institucional (LAPASSADE, 1977; LOURAU, 1993), conforme tem sido disseminado entre pesquisadores atuantes na interface Psicologia/Educação (AGUIAR; ROCHA, 2007; LAVOR FILHO; SOUZA

FILHO; XAVIER, 2022; MIRANDA *et al.*, 2024). Neste arranjo estratégico-metodológico, o ato de pesquisar não se dissocia das práticas destinadas à criação de “dispositivos de análise coletiva” (LOURAU, 1993, p. 30). De acordo com Rocha e Aguiar (2003), por meio da Pesquisa-Intervenção - abordagem questionadora, dedicada à desnaturalização de concepções, práticas e de relações instituídas -

[...] as estratégias de intervenção terão como alvo a rede de poder e o jogo de interesses que se fazem presentes no campo da investigação, colocando em análise os efeitos das práticas no cotidiano institucional, desconstruindo territórios e facultando a criação de novas práticas (ROCHA; AGUIAR, 2003, p. 71).

Nas palavras de Miranda *et al.* (2024), “a Pesquisa-Intervenção (PI) traz em seu bojo a lógica da construção coletiva dos dados da pesquisa, do ‘pesquisar COM’” (p. 03). A PI valoriza o potencial e a criatividade de diferentes agentes sociais na produção do conhecimento. Neste sentido, rompe com os modos hegemônicos de produção do conhecimento científico ao validar os saberes de sujeitos historicamente silenciados e tratados como meras fontes de dados e objetos de pesquisa.

Priorizamos, portanto, o uso de estratégias metodológicas que valorizam a criatividade de quem pesquisa e de quem participa do processo de investigação, incluindo recursos como: observação participante, produção de diários de campo, rodas de conversa, oficinas, dentre outras estratégias utilizadas numa perspectiva teórico-metodológica em que se conhece para transformar e se transforma para conhecer (PASSOS; BARROS, 2009; MIRANDA *et al.* (2024).

### *Cuidados éticos*

A pesquisa seguiu os aspectos éticos presentes nas diretrizes das resoluções nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE [CNS], 2012, 2016), que regulam e orientam estudos envolvendo seres humanos. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Tocantins, CAAE

71834223.0.0000.5519, tendo sido aprovado, de acordo com o Parecer n. 6.262.307.

### *Participantes*

A pesquisa considerou a participação de professores, gestores educacionais e estudantes de uma escola pública estadual localizada no interior do estado do Tocantins, que atuaram com o coordenador da pesquisa ao lado de estudantes extensionistas ou estagiários em fase de estágio curricular supervisionado.

### *Fases e atividades de pesquisa*

#### *a) Revisão de Literatura*

Todas as atividades interventivas relacionadas com a pesquisa foram precedidas e/ou acompanhadas de revisões bibliográficas, dedicadas ao estudo sobre o estado da arte de pesquisas acerca das principais temáticas associadas com o fracasso escolar (PATTO, 2007). Para tanto, com a participação de discentes vinculados às práticas de ensino e de extensão, acessamos as bases de dados Scielo, BVS-Psi e PEPsic, a partir do emprego dos seguintes descritores: (1) fracasso escolar, (2) queixa escolar, (3) escolas públicas. Selecionamos textos publicados no intervalo entre 2010 e 2022.

#### *b) Caracterização institucional*

A entrada inicial na instituição em que a pesquisa-intervenção ocorreu teve como objetivo primordial a caracterização institucional. Esta etapa ofereceu oportunidades para a obtenção de informações sobre a realidade institucional, incluindo a identificação de demandas (LÉVY, 1994). Ela foi conduzida a partir do uso dos seguintes recursos: observação-participante, entrevistas semiestruturadas e preenchimento de um roteiro de caracterização institucional (NEIVA, 2010). O referido roteiro abordou os seguintes aspectos: dados da instituição, histórico institucional, serviços e clientela, infraestrutura, quadro funcional, interesse e disponibilidade institucional para a realização de projetos de intervenção. Esta etapa foi articulada com uma prática de ensino em que discentes do Curso de Psicologia desenvolveram a caracterização institucional sob a

supervisão do professor - autor do presente artigo.

c) *Intervenções com professores e alunos*

A partir da identificação de uma demanda pela realização de atividades que pudessem viabilizar aos estudantes momentos de análise e de reflexão sobre o futuro, tendo em vista as reiteradas queixas de docentes em relação à falta de engajamento dos discentes durante as aulas, propusemos a oferta de oficinas de orientação profissional. Em articulação com um projeto de extensão, intitulado, Oficinas de Orientação Profissional para Estudantes de Uma Escola Pública, desenvolvemos oito encontros com estudantes do terceiro ano do ensino médio.

As oficinas tiveram as suas atividades articuladas em três eixos: conhecimento de si, conhecimento da realidade e tomada de decisão. Para cada eixo, desenvolvemos ações interativas, voltadas para a produção de reflexões sobre habilidades, competências e determinantes históricos e sociais da vida cotidiana na escola e na cidade. Na etapa final do trabalho, os participantes puderam esboçar estratégias e planejamentos futuros, tendo como alvo a escolha de uma profissão. As atividades foram apoiadas em uma perspectiva crítica de orientação profissional promovida em contextos escolares (NASCIMENTO, 2020).

No mesmo período, o coordenador do projeto de extensão reuniu-se em dois momentos com a equipe docente. Os encontros foram realizados no chamado Horário de Trabalho Pedagógico (HTP), momento reservado para a prática semanal de atividades coletivas e pedagógicas do corpo docente. No primeiro encontro, descrevemos as atividades realizadas nas oficinas e compartilhamos análises preliminares sobre o cotidiano dos estudantes, no bairro e na escola. Os docentes também tiveram a oportunidade de refletir e de produzir análises coletivas sobre os impasses e desafios enfrentados pelos estudantes, assim como pelo próprio corpo docente, mediante os desafios experimentados pela comunidade escolar. Em um segundo encontro, realizamos uma dinâmica em que os professores foram orientados a construir um texto coletivo com o seguinte enredo: desafios da prática docente.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os levantamentos bibliográficos realizados ao longo da pesquisa revelam o predomínio de discursos e práticas psicologizantes e patologizantes frente ao fracasso escolar. Além disso, salientam a necessidade de compreendermos este fenômeno tendo em conta a sua complexidade e multifatorialidade. A seguir, discorreremos sobre os dados da revisão empreendida durante a pesquisa. Na subseção posterior, relatamos uma intervenção realizada com os professores. Por fim, descrevemos e analisamos uma atividade interventiva envolvendo a participação de 25 estudantes do terceiro ano do ensino médio.

### *Queixas escolares, culpabilização e possibilidades de enfrentamento*

Muitos problemas de escolarização atrelados ao fracasso escolar suscitam queixas escolares (SOUZA, 2007) que, invariavelmente, são desdobradas nos recorrentes encaminhamentos. No âmbito institucional, equipes multidisciplinares e de orientação pedagógica recebem demandas encaminhadas pelos docentes. Na esfera interinstitucional, crianças e adolescentes são encaminhadas para clínicas-escola (SANTOS; TOASSA, 2021), Centros de Atendimento Psicossocial (Caps) (VIÉGAS; FREIRE; BOMFIM, 2018), Centros de Referência de Assistência Social (Cras) (MAGALHÃES; MONTEIRO; TONDIN, 2024), dentre outros dispositivos dos campos da saúde e da assistência.

Os trabalhos de Viégas, Freire e Bomfim (2018) e Almada e Zibetti (2020) apontaram que os encaminhamentos de estudantes para os serviços de saúde frequentemente adotam uma abordagem individualizante, desconsiderando os fatores estruturais que influenciam o fracasso escolar. Em um estudo realizado no estado da Bahia, constatou-se que a maioria dos alunos encaminhados aos Caps eram crianças negras e pobres do ensino fundamental público, sob a alegação de apresentarem dificuldades de aprendizagem e comportamento (VIÉGAS; FREIRE; BOMFIM, 2018). Sob perspectiva semelhante, Almada e Zibetti (2020) analisaram os efeitos desses encaminhamentos ao longo do tempo e constataram que o atendimento clínico recebido pelos jovens não resultou em melhorias na

escolarização, mas sim no reforço de percepções negativas sobre si mesmos, intensificando o sofrimento e a exclusão. Em ambos os estudos constatou-se culpabilização e responsabilização dos alunos pela ocorrência dos problemas que motivaram os encaminhamentos.

Outros estudos trazem resultados que se associam aos expostos acima. Em Pinheiro *et al.* (2020) verificou-se que a responsabilidade pelo fracasso ainda recai sobre os alunos, sendo este fenômeno frequentemente associado a fatores biológicos e naturalizados, o que leva à sua medicalização. Ao analisar prontuários de crianças encaminhadas a um ambulatório em um município do Rio de Janeiro, Paula (2015) identificou que as queixas relacionadas a possíveis sinais de desatenção, hiperatividade e impulsividade não eram acompanhadas de reflexões sobre os diversos fatores que poderiam influenciar essas manifestações. O autor ressalta que os procedimentos utilizados nos encaminhamentos e na recepção das demandas relacionadas à suspeita de transtornos dessa natureza são guiados por concepções medicalizantes, concentrando as intervenções na criança sem considerar os aspectos socioculturais que influenciam a aprendizagem.

Schweitzer e Souza (2018) analisaram os sentidos atribuídos por professores, diretores e assistentes técnico-pedagógicos de escolas públicas de um município da Grande Florianópolis, aos encaminhamentos e às estratégias utilizadas no atendimento aos estudantes com queixa escolar. Os resultados apontaram para a culpabilização dos estudantes e de seus familiares pelos problemas enfrentados nos processos de escolarização. Além disso, constataram discursos com potencial para promover a estigmatização desse público.

As concepções reducionistas, psicologizantes e medicalizantes sobre as manifestações do fracasso escolar não advêm exclusivamente dos contextos escolares. Temos uma parcela considerável de responsabilidade na propagação do discurso médico-biologizante. Em uma revisão de literatura realizada por meio do acesso a artigos nacionais e internacionais, publicados em periódicos indexados, Leonardo, Leal e Rossato (2015) constataram o predomínio de concepções biologizantes e centradas no indivíduo em análises e reflexões sobre o fracasso escolar. Um percentual ínfimo de artigos (9%) abordou o tema sob um enfoque crítico-institucional. Assim, além de não contribuir para a desconstrução de naturalizações sobre o

fracasso escolar, as abordagens não críticas e patologizantes fortalecem as práticas excludentes e medicalizantes no contexto educacional ao passo que fragilizam ações voltadas para a abordagem crítica do fenômeno. Esses achados reiteram nosso posicionamento frente à necessidade de abordarmos o fracasso escolar sob um enfoque crítico e sensível à sua complexidade.

Outros dados da revisão de literatura apontam para possibilidades de enfrentamento das práticas e dos discursos patologizantes em face ao fracasso escolar. Bittencourt, Lima e Gesser (2017) relataram um estudo em um programa de atenção e ressignificação da queixa escolar em uma universidade federal do sul do Brasil. A pesquisa incluiu entrevistas semiestruturadas, conversas informais com professores, observações em sala de aula e atividades em grupo. Na ocasião, estudantes de psicologia, no âmbito do estágio curricular, conduziram intervenções para estimular novas formas de perceber e significar os alunos, especialmente aqueles com dificuldades escolares. As ações permitiram reconhecer esses estudantes como indivíduos singulares, com modos distintos de aprender e interagir. Através de um dispositivo grupal focado na criatividade, promoveu-se um ambiente mais participativo e colaborativo. A construção coletiva de princípios de convivência demonstrou que os alunos assimilam melhor o conhecimento quando participam ativamente desse processo. O trabalho transformou as práticas pedagógicas de uma professora participante, tornando-a protagonista no uso de novas estratégias mais dialógicas e inclusivas no ambiente escolar.

Em uma pesquisa interventiva com alunos de escolas públicas encaminhados ao serviço-escola de um curso de Psicologia, foram realizados atendimentos em grupo, orientações para pais e cuidadores, além de atividades que integravam alunos e professores (OLIVEIRA; BRAGAGNOLO; SOUZA, 2014). O estudo teve como principais objetivos compreender a construção dos saberes sobre crianças com queixas escolares, criar espaços para que expressassem suas demandas, oferecer suporte a familiares e cuidadores e estimular reflexões entre professores e outros profissionais da educação sobre a complexidade das dificuldades escolares. As autoras concluem que a abordagem utilizada se mostra eficaz para enfrentar e superar a visão patologizante dessas questões.

Esta revisão apontou para a necessidade de fortalecermos as práticas interventivas com potencial para

problematizar os jogos de verdade instituídos e propagados em espaços acadêmicos e escolares, conforme exposto adiante, na subseção sobre as intervenções com os professores da escola em que a pesquisa-intervenção foi realizada. Antes de discorrermos sobre estas ações, todavia, expomos elementos extraídos da caracterização institucional.

### *Uma escola que emerge em tempos de crise: dados da caracterização*

A instituição-alvo de nossas intervenções tem funcionamento matutino, vespertino e noturno. Atende aos públicos do Ensino Fundamental II - Anos Finais - de 6º ao 9º ano, ensino médio, na modalidade regular e por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além disso, oferece Curso Técnico em Enfermagem integrado ao ensino na modalidade da EJA. São aproximadamente 900 alunos matriculados.

A escola foi construída nos anos 80, em um contexto emergencial. Naquela época, a cidade foi duramente atingida por uma enchente causada pela cheia do Rio Tocantins. Este incidente contribuiu para a construção de um bairro em uma parte alta da cidade, distante dos perigos das enchentes. Este registro histórico se faz importante, pois, desde a sua construção, a escola parece cumprir o papel de acolher casos emergenciais. Trata-se de uma instituição que ao longo do tempo serviu de referência para a recepção de estudantes transferidos de outras escolas da região, por motivos diversos, incluindo os casos de indisciplina, histórico de envolvimento com a prática de atos infracionais seguidos do cumprimento de medidas socioeducativas, dentre outros. Este dado se mostra importante para as nossas análises, uma vez que aparece em relatos de professores e membros da equipe de gestão escolar.

Segundo dados compartilhados pela equipe de gestão, à época em que realizamos as intervenções, o corpo docente contava com a participação de 35 professores. Aproximadamente 20 professores eram concursados e possuíam estabilidade no emprego. O restante mantinha vínculos através de contratos por tempo determinado. Esta condição traz instabilidade, incerteza, ausência de autonomia de parte do corpo docente e fragmentação (SANTOS, 2023). Vale observar que há cerca de 35 estudantes para cada sala de aula. Este

quantitativo de alunos por turma dificulta a realização de atividades diversificadas, com potencial para engajar os estudantes.

Em relação ao perfil sócio-econômico dos estudantes, uma parte considerável vive em situação de vulnerabilidade social e faz uso de benefícios de programas de transferências de renda. Muitos convivem com os problemas da violência doméstica e social. Além destes fatores, em alguns casos, a gravidez na adolescência se interpõe às trajetórias escolares de meninas com idades entre 14 e 17 anos, conforme o relato de professores. Esta informação é corroborada por estudos que apontam para a gravidez na adolescência como parte da realidade de milhares de meninas, sobretudo nas classes populares (RATUSNIAK; SILVA, 2023).

A caracterização trouxe, portanto, dados sobre o funcionamento de uma instituição em que as consequências das desigualdades sociais se interpõem às trajetórias escolares de boa parte do alunado. A escola reflete as tensões e contradições presentes na sociedade (BOURDIEU, 2012), funcionando como um ambiente onde ocorrem manifestações de racismo, machismo estrutural, intolerância e diferentes formas de violência (CHARLOT, 2002; GOMES, 2023; NASCIMENTO, 2019). Neste mesmo contexto, métodos pedagógicos pouco dialógicos e a falta de espaços para expressão e acolhimento (SOUZA *et al.*, 2024) contribuem para que a escola se torne um ambiente hostil e propício ao fracasso.

### *Partilhas, análises coletivas sobre as queixas escolares e fortalecimento subjetivo do corpo docente*

Durante nosso percurso de pesquisa, realizamos dois encontros com um grupo de 30 professores da escola. Os encontros ocorreram nos horários reservados ao trabalho pedagógico coletivo. Para cada encontro preparamos duas dinâmicas, sendo a primeira voltada para estimular a interação por meio da ludicidade e a segunda para acolher os participantes e viabilizar a circulação da palavra sobre o cotidiano escolar.

Cientes da relação direta entre a ausência de espaços para a discussão sobre a queixa escolar e a perpetuação da culpabilização de alunos e de seus familiares pelos problemas de escolarização (LABADESSA; LIMA, 2017), assim como da necessidade de enfrentarmos os efeitos deletérios dessa

lógica excludente e opressora, tomamos o cuidado de partilhar responsabilidades durante as intervenções feitas com o corpo docente, com ética e zelo, para caminharmos na contramão da lógica culpabilizante muitas vezes reiterada pelos discursos acadêmicos e midiáticos.

Sabendo que a presença de um psicólogo na escola, acompanhado de discentes do curso de Psicologia, tende a suscitar encomendas e encaminhamentos de demandas inspiradas pelos discursos psicologizantes propagados, sobretudo por nós, agentes promotores de ações vinculadas à Psicologia (MACHADO, 2003), investimos em análises de implicação para refletirmos coletivamente - durante as supervisões de estágio - sobre o que podemos provocar a partir de nossa entrada na escola. Durante nossas conversas em supervisão, bem como no contato direto com os professores em situações de intervenção, consideramos a influência de produções e de discursos acadêmicos relacionados com as abordagens não críticas da psicologia, sustentadas, inclusive, por uma parcela de psicólogos e pesquisadores inseridos no campo da Psicologia Escolar e Educacional. Por este motivo, durante os dois encontros realizados com o corpo docente, fizemos uma crítica ao papel da psicologia e até mesmo de sua cumplicidade ideológica (BOCK, 2003) na reprodução de práticas excludentes, autoritárias e estigmatizantes.

Durante uma dinâmica em que os professores compartilhavam experiências do cotidiano, observamos a reprodução do discurso médico-patologizante. Ao promover uma reflexão sobre os impactos das abordagens psicológicas individualizantes, que negligenciam a análise das instituições em uma sociedade excludente e desigual, percebemos uma maior aproximação do corpo docente com nossa equipe (autor deste artigo e estagiários de Psicologia da UFT). Houve um reposicionamento significativo. Nos primeiros momentos de nossa interação, os professores buscavam respostas rápidas para problemas complexos da escolarização; após nossa fala sobre os equívocos de certas abordagens da psicologia, muitos se sentiram mais confiantes para compartilhar dilemas, dúvidas e práticas criativas no enfrentamento de desafios, como o desengajamento dos alunos, a falta de recursos e a sobrecarga de trabalho. Nossa postura crítica em relação às abordagens hegemônicas da psicologia fortaleceu a atuação conjunta com o corpo docente, criando condições para uma pesquisa colaborativa – PesquisarCOM

(CHASSOT, 2018) – pautada na troca de experiências e na construção compartilhada de análises e reflexões (AGUIAR; ROCHA, 2007).

Constatamos testemunhos e relatos de docentes que tiveram de lidar com situações de violência ou de humilhação no cotidiano escolar. Ao mesmo tempo, deparamo-nos com relatos de professores que superaram desafios e impasses na relação com alunos, por meio de negociações e do estabelecimento de vínculos e laços afetivos com aqueles estudantes muitas vezes estigmatizados em decorrência de marcadores de diferenças como raça, classe e gênero (NASCIMENTO, 2019).

Em ambos os encontros com os docentes houve envolvimento e participação efetiva de todos que se fizeram presentes. A possibilidade de refletir sobre as práticas escolares em um ambiente acolhedor, com o apoio em dispositivos de intervenção dedicados à produção de trocas e de análises coletivas, mostrou-se potente aos chamados processos de produção subjetiva. Além disso, contribuiu para a problematização de práticas escolares e de concepções muitas vezes influenciadas pela perversidade e pela força da discriminação e do racismo impregnados nas instituições escolares (PARREÃO, 2023).

Embora os encontros com os docentes tenham sido mobilizadores de cuidado, desejo, lembranças e criatividade, houve apontamentos que denotaram uma compreensão enviesada sobre o fracasso escolar. Ao longo dos dois encontros, emergiram temas como falta de engajamento dos discentes, conflitos na relação entre o corpo docente e a equipe diretiva, incertezas associadas com os contratos precários de trabalho, desafios enfrentados na relação professor-aluno, violência urbana e suas influências no cotidiano escolar.

Alguns relatos indicaram concepções sobre os problemas de escolarização em que não se consideram funcionamentos escolares operados no nível microestrutural, igualmente produtores de fracasso escolar, tais como: carência de espaços para a reflexão, ausência de infraestrutura de apoio, altas taxas de absenteísmo e de rotatividade no corpo docente, falta de recursos didático-pedagógicos e de dinamismo às aulas para o atendimento das múltiplas demandas associadas com a complexidade dos processos de ensino e aprendizagem (SOUZA, 2007). Ainda assim, em muitos



momentos, os próprios docentes sinalizaram uns aos outros o fato de problemas como indisciplina, evasão escolar e distorção idade-série, apenas para citar alguns exemplos, serem produções atravessadas por inúmeros fatores, incluindo a atuação docente.

### *Circulação da palavra e construção de novos possíveis em meio à aridez da ausência de perspectivas*

Elegemos como público-alvo uma turma do terceiro ano do ensino médio, composta por 25 estudantes. Esta atividade foi facilitada por um grupo de três estudantes do Curso de Psicologia, sob a supervisão do autor deste artigo. No primeiro encontro, a equipe se apresentou e desenvolveu uma dinâmica apoiada no uso de crachás confeccionados em cartões feitos de cartolina. Criou-se um ambiente de escuta e de acolhimento. Alguns estudantes participaram e mostraram-se motivados com a proposta das oficinas. Outros, no entanto, mantiveram-se em silêncio e não participaram da atividade.

O segundo encontro foi dedicado para a realização de uma dinâmica sobre desejos e sonhos para o futuro. Os participantes mostraram-se apreensivos no início. Contudo, engajaram-se na atividade e puderam falar sobre suas expectativas quanto ao futuro. Observou-se, em muitos momentos, um distanciamento dos participantes em relação aos processos envolvidos na preparação para vestibulares ou concursos públicos. Ao que pudemos notar, as propostas pedagógicas não incluem temas e ações diretamente voltadas para a preparação para vestibulares e outros exames. No terceiro encontro houve a continuidade da conversa iniciada no encontro anterior. Na ocasião, o grupo mostrou-se mais envolvido com as ações. Pareciam mais entusiasmados com a proposta.

No quarto encontro, realizou-se uma dinâmica denominada Cidade Dorme. A atividade consistiu em uma brincadeira onde três participantes desempenharam um papel entre os papéis de assassino, curandeiro e cidadão. Os demais desempenharam o papel de detetive e tiveram como incumbência descobrir quem era o assassino, a fim de retirá-lo da brincadeira em um ato simbólico com denotação de punição. A atividade transcorreu em meio a brincadeiras e risos. Em um segundo momento, em uma roda de conversa, facilitadores e participantes refletiram sobre temas como preconceito, estigma, violência, assim como versaram e refletiram sobre a importância da

prudência e do diálogo para a solução de conflitos e problemas cotidianos. O grupo abordou temas como racismo, violência policial e empatia.

No quinto encontro os estudantes extensionistas propuseram duas dinâmicas. A primeira consistiu na identificação de objetos sem que pudessem enxergá-los. Na segunda dinâmica, com o uso de um novelo de lã, cada participante entregava uma parte do novelo a um colega e mencionava uma qualidade percebida na pessoa indicada. Na ocasião, a equipe identificou uma aparente resistência do grupo. Parecia difícil atribuir uma qualidade ao colega indicado. A consigna para cada participante escolher um colega e atribuir-lhe uma qualidade pareceu ter mobilizado afetos que se desdobraram em silenciamento e resistência. Olhar para si e para o outro, naquele contexto, parece envolver a circulação de afetos que suscitam temores, medo e resistência.

No sexto encontro realizamos uma atividade interativa apoiada no uso de músicas em que as letras abordam temas como: preconceito, luta de classes, dentre outros. Com trechos de músicas escritos em papéis distribuídos entre o grupo, os participantes foram orientados a ler um determinado trecho, escutar a música em destaque e iniciar uma conversa com o grupo sobre o tema do respectivo trecho. Embora a participação de todo o grupo tenha sido registrada, observou-se ausência de conversação e diálogos sobre os temas. Os participantes ficaram restritos à leitura do trecho indicado sem, contudo, engajarem-se em conversas sobre as temáticas presentes nas letras. Mais uma vez, observou-se uma aparente dificuldade para aquele público dialogar sobre a própria realidade. A abordagem de assuntos sensíveis e caros àquela população vem sempre acompanhada de manifestações afetivas que denotam sofrimento, medo e angústia.

Nos dois últimos encontros - sétimo e oitavo - os facilitadores aplicaram instrumentos dedicados à identificação de habilidades, preferências e inclinações para determinadas áreas e profissões. Utilizaram dois inventários muito utilizados em processos de Orientação Profissional. Esta atividade foi a que abordou o tema da escolha profissional de modo mais direto e objetivo. Os participantes mostraram-se inquietos e resistentes diante das consignas para a execução da proposta. Pareceu-nos que a abordagem mais direta do tema “escolha profissional” suscitou afetos paralisantes. Abordamos os

afetos no sentido proposto por Spinoza (2009), para quem os afetos são compreendidos como “as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada [...]” (SPINOZA, 2009, p. 98).

Em meio a movimentos de participação e de resistência, facilitadores e participantes produziram encontros, conexões e experiências. Partilharam saberes e construíram conhecimento. Experimentaram estranhamentos, inquietações e afetos. O dispositivo grupal instituído viabilizou processos de produção subjetiva naquela instituição marcada pela repetição da rotina escolar, com suas práticas disciplinares voltadas ao controle e ao assujeitamento (NASCIMENTO, 2019). A circulação da palavra, ainda que de modo tímido e atravessado pela força do silenciamento resultante de processos de opressão, exclusão e dominação engendrados no cotidiano escolar (NASCIMENTO, 2017), mostrou-se uma importante ferramenta para a emergência de novos possíveis aos estudantes.

A pesquisa-intervenção mostra-se potente ao fomentar a construção coletiva do conhecimento (AGUIAR; ROCHA, 2007; LAVOR FILHO; SOUZA FILHO; XAVIER, 2022; MIRANDA *et al.*, 2024). A partir da realização das oficinas de orientação profissional, conseguimos promover diálogos, estimular o uso da criatividade e da imaginação, questionar práticas do cotidiano escolar, refletir sobre as nossas responsabilidades e possibilidades em relação ao cuidado e ao conhecimento de si, bem como no que se refere ao cuidado em relação aos outros com os quais produzimos nossos modos de existir.

Neste percurso de pesquisa-intervenção, tivemos a oportunidade de confrontar os modos de subjetividade engendrados por meio de relações de poder e discursos que se recusam a conceber e posicionar os alunos como sujeitos. Resistimos ao assujeitamento através da incitação à imaginação, às memórias e à circulação de afetos (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de uma pesquisa interventiva, dedicada a conhecer e a promover transformações em uma escola onde são engendrados modos de subjetividade postos como alvo de crítica, sobretudo por uma perspectiva epistêmico-ontológica que aposta na liberdade como condição primordial de existência, demandou criatividade e compromisso ético-político de todas as pessoas envolvidas com o trabalho.

As atividades engendraram processos de produção subjetiva em movimentos de resistência diante de práticas de assujeitamento e de exclusão perpetradas no contexto institucional. Neste sentido, por meio dos encontros e das ações, reafirmamos o compromisso ético-político da Psicologia Escolar e Educacional em contribuir para a melhoria das condições escolares e fortalecer alianças necessárias para o desenvolvimento de práticas interventivas no encontro da psicologia com a educação.

A proposta também manteve coerência com o projeto de desenvolvimento local e regional vinculado à interiorização do ensino superior, com a consequente ampliação de acesso aos serviços ofertados pelas universidades públicas federais. Ao articular educação superior e educação básica, a pesquisa também contribuiu para aproximar universidade e comunidade em um movimento contrário às práticas de pesquisa em geral desenvolvidas no âmbito universitário.

Além disso, a pesquisa manteve articulação com o Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia da UFT (PPC, 2014), que se propõe a fomentar conhecimento crítico, construído sob perspectivas que levem em consideração o papel da história e dos atravessamentos sociais e culturais na produção do conhecimento e na elaboração de estratégias de análise, reflexão e de intervenção nos campos de atuação em que a Psicologia se faz presente.

Temos a expectativa de promover novas pesquisas-interventivas para intensificar os processos de produção de conhecimento em articulação com o desenvolvimento de ações participativas, criativas e inventivas em Psicologia Escolar e Educacional.



## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Katia Faria de; ROCHA, Marisa Lopes da. Micropolítica e pesquisa-intervenção: referências e dispositivos em análise. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 4, p. 648-663, 2007.
- ALMADA, C. A. A.; ZIBETTI, M. L. T. Repercussões do encaminhamento/atendimento psicológico na vida de jovens estudantes. **Psicologia Revista**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 37-60, 2020. DOI: <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2020v29i1p37-60>.
- BERGSON, Henri. **A evolução criadora**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 1979.
- BITENCOURT, Juverci Fonseca; VENTORIM, Silvana; D'AVILA FERNANDES OLIVEIRA, Diego. Formação continuada na educação infantil sob as narrativas dos professores. **Revista Profissão Docente**, [S. l.], v. 24, n. 49, p. 1-29, 2024. DOI: <https://doi.org/10.31496/rpd.v24i49.1618>.
- BOCK, Ana Mercedes Bahia. Psicologia da Educação: cumplicidade ideológica. **Psicologia escolar: teorias críticas**, p. 79-103, 2003.
- BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2019/lei-13935-11-dezembro-2019-789559-publicacaooriginal-159616-pl.html>. Acesso em: 06 fev. 2025.
- CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, (8), 432-443, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222002000200016>.
- CHASSOT, Carolina Seibel ; SILVA, Rosane Azevedo Neves da. A Pesquisa-Intervenção Participativa Como Estratégia Metodológica: Relato De Uma Pesquisa Em Associação. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, p. e181737, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30181737>.
- CHIAPINOTO, Andreia Moro; LUNARDI, Elisiane Machado. Análise das produções sobre distorção idade/ano e Políticas Públicas sobre a defasagem na aprendizagem e correção do fluxo escolar. **LUMEN ET VIRTUS**, v. 15, n. 18, p. 1067-1085, 2024. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/73> > Acesso em: 21 jul. 2024.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2019.
- DANTAS, L. G.; TUNES, E. A desqualificação educacional do pobre frente às desigualdades sociais no Brasil. **Imagens da Educação**, v. 12, n. 2, p. 96-120, 21 jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/56666>. Acesso em: 13 fev. 2025.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Micropolítica e segmentaridade. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e segmentaridade**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. cap. 9, p. 83-115.
- DELEUZE, Gilles. **Ilha Deserta**, A. Editora Iluminuras Ltda, 2000.
- EIZIRIK, M; COMERLATO, D. Subjetividade e poder na escola. In: Marisa Eizirik e Denise Comerlato. **A escola invisível: jogos de poder, saber, verdade**. UFRGS Editora, 2004.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987.
- GOMES, N. L.. Estudos e pesquisas sobre educação, raça, gênero e diversidade sexual. **Educação & Sociedade**, v. 44, p. e275110, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/kWym5qKLCgwjzBGPCBZYsM/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: Censo demográfico**. Distrito Federal, DF, Brasil, 2021.

LABADESSA, V. M.; LIMA, V. A. A. DE .. Queixa escolar: repercussões na escola a partir do atendimento psicológico. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 3, p. 369–377, set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/p9dHjLmtHyqZYDSPZxsgdqm/>. Acesso em: 07 fev. 2025.

LAPASSADE, Georges. **El análisis institucional:(por un cambio de las instituciones)**. Campo Abierto, 1977.

LAVOR FILHO, Tadeu Lucas; DE SOUZA FILHO, Jose Alves; XAVIER, Monalisa Silva. Pesquisa-intervenção e Psicologia escolar/educacional: entrevista com Luciana Lobo Miranda. **ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 12, n. 1, p. 88-101, 2022. Disponível em: <https://periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/3128>. Acesso em: 07 fev. 2025.

LAVOURA, Tiago Nicola; GOMES, Vívian Santos. O currículo da educação infantil na Base Nacional Comum Curricular em tempos de reformas educacionais e de empresariamento da educação pública brasileira. **Revista e-Curriculum**, v. 22, p. e64149-e64149, 2024.

LEONARDO, N. S. T.; LEAL, Z. F. DE R. G.; ROSSATO, S. P. M. A naturalização das queixas escolares em periódicos científicos: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, n. 1, p. 163–171, jan. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/vJfL5KpFjhrGZSLJ3rV6TMD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2025.

LÉVY, André. **A psicossociologia: crise ou renovação**. Rio de Janeiro, 1994.

LOURAU, René. **Análise institucional e práticas de**

**pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, p. 66-86, 1993.

MACHADO, A. M. Os psicólogos trabalhando com a escola: intervenção a serviço do quê? In: MEIRA, M.E.; ANTUNES, M. (Orgs), **Psicologia Escolar: práticas críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

MAGALHÃES, Deruchette Danire Henriques; MONTEIRO, Luísa Marcondes Santos; TONDIN, Celso Francisco. Queixas escolares em um CRAS: entrecruzando linhas de força. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 18, n. 1, p. 1-31, 2024. DOI: <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2024.v1.38029>.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo. Construindo uma concepção crítica de psicologia escolar: contribuições da pedagogia histórico-crítica e da psicologia sócio-histórica. **Psicologia escolar: teorias críticas**, n. 14-77, 2003.

MELO, José Wilson Rodrigues; FREIRE, Juciley Silva Evangelista; DA SILVEIRA FREIRE, José Carlos. Desigualdades sociais, exclusão e Direitos Humanos: alguns elementos de análise para a realidade Tocantinense. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 18, p. 44-58, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovaca/o/article/view/2177>. Acesso em: 04 fev. 2025.

MIRANDA, L. L. *et al.* Intervention research and Psychology in Brazil: a systematic literature review. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 41, p. e210190, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/hSwx4xhGrJcDFSDsrbySPD/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

MIRANDA, L. L. *et al.* Cenas e Fabulações da Psicologia em Pesquisa-Intervenção com Secundaristas e Universitários. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 44, p. e265760, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/NTQTJvwwqbwpxHcNbzMHZmk/>. Acesso em 10 fev. 2025.

NASCIMENTO, L. R. Reprodução de processos de exclusão social pelo controle e disciplinamento de estudantes de camadas populares. In: FREIRE, J. S. E., FREIRE, J. B. S., & FREIRE, J. C. S. (Orgs.), **Reflexões**

sobre educação, pobreza e desigualdade social: primeiras aproximações (pp. 45-64). Palmas, TO: EdUFT, 2017.

NASCIMENTO, Ladislau Ribeiro. Desigualdade racial e fracasso escolar de estudantes negras e negros. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 4, p. e6401-e6401, 2019.

NASCIMENTO, L. R.; MACHADO, I. N. S.. Orientação Profissional no ensino público: relato de uma experiência. **Humanidades & Inovação**, v.6, p.283, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1806>. Acesso em: 16 mai. 2024.

NASCIMENTO, Ladislau Ribeiro. Orientação Profissional na interface entre psicologia e educação: uma revisão de literatura. **DOXA: Revista Brasileira De Psicologia E Educação**, v. 22, p. 5-20, 2020. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/13214>. Acesso em: 12 mai. 2024.

NEIVA, Kathia Maria Costa. **Intervenção psicossocial**. Vetor Editora, 2010.

OLIVEIRA, J. L. A. P.; BRAGAGNOLO, R. I.; SOUZA, S. V. DE. Proposições metodológicas na intervenção com estudantes com queixa escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 18, n. 3, p. 477-484, set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/wdJJdJmJMP6WbWyMbRFNngv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2025.

OSTI, Andréia; BRENELLI, Rosely Palermo. Análise comparativa das relações entre ensino e aprendizagem por professores e alunos. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 17, p. 55-63, 2013.

PARREÃO, Yasmin Coelho dos Santos; NASCIMENTO, Ladislau Ribeiro. Oficinas De Orientação Educacional E Profissional Para Jovens Estudantes De Uma Escola Pública. **Capim Dourado: Diálogos em Extensão**, v. 3, n. 1, p. 111-119, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2595-7341.2020v3n1p111>.

PARREÃO, Yasmin Coelho dos Santos. **Relações entre fracasso escolar e racismo em estudos no campo da psicologia escolar e educacional**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins, 2023.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**, v. 1, n. 1, 2009.

PATTO, Maria Helena Souza. "Escolas cheias, cadeias vazias" nota sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro. **Estudos avançados**, v. 21, n. 61, p. 243-266, 2007.

PAULA, Igor Juliano de. **Remédio se aprende na escola: um estudo sobre as demandas escolares num ambulatório de saúde mental**. Dissertação de mestrado – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro. 2015. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/14056>. Acesso em: 06 fev. 2025.

PINHEIRO, S. N. S. *et al.* Fracasso escolar: naturalização ou construção histórico-cultural?. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 32, n. 1, p. 82-90, abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/6mPzWW4x6dBwK8PHK9Zb8Yp/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

PPC – UFT. **Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins**, 2014.

RAMOS, Ana Carolina; GONÇALVES, Oswaldo. Abandono e evasão escolar sob a ótica dos sujeitos envolvidos. **Educação e Pesquisa**, v. 50, p. e268037, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/KtBRcFWvWKBt63LSQCVzdwH/>. Acesso em 25 jul. 2024.

RATUSNIAK, C.; SILVA, C. C. DA . Evasão escolar ou expulsão: por que alunas-mães abandonam a escola?. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, p. e243705, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/PxnMRDgwDjnmPcGnSGY7zHF/?lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2025.

RATUSNIAK, Célia. Gênero, raça, evasão e expulsão escolar: por que os alunos e as alunas deixam de frequentar a escola?. **Revista Brasileira de Educação**, v. 29, p. e290109, 2024.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 23, p. 64-73, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/XdM8zW9X3HqHpS8ZwBVxpYN>. Acesso em: 09 fev. 2024.

SANTOS, Geane da Silva; TOASSA, Gisele. Produzindo medicalização: uma revisão bibliográfica sobre encaminhamentos da educação escolar à saúde. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 52, p. 54-63, jan. 2021. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-35202021000100054&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-35202021000100054&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 14 fev. 2025.

SANTOS, João Batista Silva dos. **Uma perspectiva da precarização dos professores temporários da educação básica no Brasil**. 2023. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

SILVA, J. F. **Interseções de gênero e raça na produção do fracasso escolar em uma turma de sexto ano do ensino fundamental, a partir da narrativa de jovens pré-adolescentes negros**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação e Docência) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Docência, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

SILVA, Maria Elize Rangel. **"Repetiu de ano é porque é burro/a, tia!": reflexões sobre repetência escolar no Ensino Fundamental do município de Miracema/RJ**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal Fluminense, 2022.

SILVA, Thiago; SÁ, Ivo Ribeiro; GOMES, Wagner Cotrim. A fragmentação do conhecimento e as escolas a partir do século XX. **Revista Vértices**, v. 25, n. 2, p. e25219084-e25219084, 2023.

SOUZA, B. de P. **Orientação à queixa escolar**. Casa do

Psicólogo, 2007.

SOUZA, J. M. de; OLIVEIRA, A. M. F. de; SILVA, L. B. M. da; PARREÃO, Y. C. dos S.; MIRANDA, S. S.; NASCIMENTO, L. R. do. Adolescentes em situação de sofrimento no contexto escolar: O plantão psicológico em um colégio militar. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 25, n. 00, p. e024011, 2024. DOI: <https://doi.org/10.30715/doxa.v25i00.19657>.

SPINOZA, B. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SCHWEITZER, L.; SOUZA, S. V. DE .. Os sentidos atribuídos à queixa escolar por profissionais de escolas públicas municipais. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 3, p. 565-572, set. 2018.

VIÉGAS, Lygia de Sousa; FREIRE, Klessyo do Espírito Santo; BOMFIM, Flávia Brandão. Atendimento a queixa escolar nos serviços públicos de saúde mental da Bahia. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, p. 133-140, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/Gj399d4vr4DKJ84rJm76Xqt/>. Acesso em: 14 mar. 2024.

